



SEM FÉ, LEI E REI: A DESQUALIFICAÇÃO DAS LÍNGUAS ÍNDIAS NA “HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ”, DE GANDAVO

Manoela Freire Correia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB – (Brasil)
Endereço eletrônico: manufcorreia@yahoo.com.br

Marcello Moreira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB – (Brasil)
Endereço eletrônico: moreira.marcello@gmail.com

2753

INTRODUÇÃO

Tomando como base a “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”, de Pero de Magalhães de Gandavo, objetivamos demonstrar como o historiador, cronista e gramático português, no seu escrito, abordou a questão das línguas dos silvícolas do Novo Mundo. Salientamos que a “História da Província” é uma das quatro versões ou quatro etapas de escrita da obra de Gandavo e foi preservada num manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial, sendo dedicada ao governador de Malaca, D. Leonis Pereira. Assim sendo, assinalamos que as referências às línguas dos habitantes do Novo Mundo presentes no escrito de Gandavo desqualificam-nas, uma vez que aludem à ausência de determinadas consoantes, evidenciando, com isso, que os ameríndios eram destituídos de Fé, Lei e Rei, necessitando, portanto, da intervenção dos missionários europeus. Nesse sentido, buscamos demonstrar que a gramaticalização das línguas índias representava, no século XVI, mais uma forma de dominação.

Para levar a efeito a análise proposta, valemo-nos de artigos dos estudiosos Marcello Moreira e João Adolfo Hansen, sem perder de vista os estudos do historiador Roger Chartier, num esforço de reconstruir as maneiras de ler próprias das comunidades de leitores do Quinhentos, levando na devida conta a tradição poética e retórica de composição de vários gêneros do discurso vigente nos séculos XVI, XVII e XVIII.

METODOLOGIA

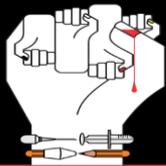
O historiador francês Roger Chartier, vinculado à quarta geração da Escola dos Annales e atuante no campo da história cultural, chama a atenção para o fato de que, ao inscrever um texto numa matriz cultural que não é a de seus destinatários originais,

Realização:



Apoio:





permitem-se “leituras”, compreensões e usos possivelmente desqualificados por outros hábitos intelectuais (1998, p. 21). Em seu texto intitulado “O mundo como representação”, Chartier nos lembra que é preciso atentar para as redes de prática que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação entre os textos. Em palavras mais perspicuas:

A leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores [...]. Uma história da leitura não se pode limitar unicamente à genealogia dos nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. A questão é de importância, pois não revela somente a distante estranheza de práticas por longo tempo comuns, mas também os agenciamentos específicos de textos compostos para os usos que não são os de seus leitores de hoje. (CHARTIER, 1991, p. 181)

2754

À vista disso, ao estudar os textos do Antigo Regime, como é o caso da “História da Província de Santa Cruz”, de Gandavo, não podemos desconsiderar uma história social dos usos e interpretações inscritos nas práticas específicas que os produziram. Nesse ínterim, destacamos que, no texto que ora damos a ler, buscamos compreender o discurso do cronista, gramático e historiador português em sua especificidade, com suas articulações retóricas e narrativas, considerando os lugares, meios de produção e condições de possibilidade que ele enfeixa. Dito isso, ressaltamos que a obra de Gandavo será analisada, levando na devida conta o costume doutrinal para se falar das línguas índias e evidenciando que a gramaticalização empreendida pelos missionários europeus no Novo Mundo visava à domesticação da “barbaridade” de tais línguas e, por assim dizer, à colonização dos gentios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para dar início à análise aqui proposta, esclarecemos que, para referir-se às línguas índias utilizadas pelos habitantes do Novo Mundo, Gandavo, certamente, valeu-se de escritos de autoridades antigas, bem como de congêneres quinhentistas que possuíam matéria análoga. Assim sendo, afirmamos que a “História da Província”, de Gandavo, vai ao encontro de *loci* autorizados pela tradição, bem como de tratados, listas vocabulares e dicionários de línguas peregrinas produzidos por viajantes e missionários europeus que vieram para a América portuguesa no século XVI, escritos estes produzidos com o fito de atender à curiosidade do público europeu alheio ao Novo

Realização:



Apoio:





Mundo e, mais do que isso, de provocar efeito de maravilha. Diante disso, enfatizamos que, no tocante à língua geral dos silvícolas do Brasil, Gandavo, na sua “História da Província”, patenteou que era deficiente das letras F, L e R, como constatamos nas linhas inframencionadas:

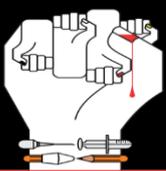
A lingoa de que usam, toda pela costa, he huma: ainda que em certos vocabulos differe n'algumas partes; mas nam de maneira que se deixem huns aos outros de entender: e isto até altura de vinte e sete grãos, que dahi por diante há outra gentilidade, de que nós não temos tanta noticia, que falam já outra lingoa diferente. Esta de que trato, que he geral pela costa, he mui branda, e a qualquer nação facil de tomar. Alguns vocabulos há nella de que nam usam senam as femeas, e outros que nam servem senam pera os machos: carece de tres letras, convem a saber, nam se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna despanto porque assi nam têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medida. (GANDAVO, 1964, p. 54)

2755

No excerto de acima, o cronista faz referência à língua falada pelos gentios em toda a costa, diferindo em alguns vocábulos, mas não ao ponto de não se fazerem entender mutuamente. Ele salienta o lugar exato onde a dita língua é falada – “até altura de vinte e sete grãos” –, coordenada geográfica que indica a localização do Brasil. Com isso, ele quer dizer que, além desses índios da costa do Brasil, existe uma outra gentilidade, de que não se tem tanta notícia, que fala língua diferente e que, portanto, não se compreende. Possivelmente, nesse ponto, o cronista se refere aos gentios que viviam nos domínios espanhóis¹, que faziam fronteira com os dos portugueses, ou àqueles grupos indígenas que habitavam os sertões e cujas línguas eram consideradas difíceis de aprender. O autor prossegue a sua descrição da língua geral do Brasil, explicitando que esta é branda, e, por isso mesmo, fácil, ao ponto de qualquer nação poder adquiri-la. Em seguida, ele aplica o *topos* do sexo masculino ou feminino, para dizer que, conforme a natureza dos opostos, alguns vocábulos são utilizados apenas pelas fêmeas, e outros, tão-somente pelos machos.

Dando continuidade, Gandavo afirma que não se acham na língua dos gentios os fonemas F, L e R, o que quer dizer que eles vivem desordenadamente, sem Fé, Lei e Rei, sem ter consciência disso. Nesse particular, salientamos que a língua indígena é concebida como falta de ser, que deve ser suplementada pela intervenção jesuítica. Sem Fé, sem Lei e sem Rei, o selvagem não conhece a revelação da verdadeira Igreja, nem a

¹ A Espanha, nesse período, controlava quase toda a zona costeira das Américas, com exceção do Brasil, que pertencia a Portugal.



racionalidade hierárquica do Império, nem o governo da monarquia cristã. Esse *topos* do índio sem Fé, Lei e Rei é bastante encontrado nos textos do século XVI, os quais, por meio da exposição dos costumes dos índios, evidenciam que as práticas indígenas são abomináveis porque impedem a visão do Bem pela alma selvagem. O índio, apesar de humano, “não consegue pensar segundo a ordem da verdade eterna e necessária, o que fica evidente na falta de “letras” (= fonemas) de sua língua, como F, L, R” (HANSEN, 2005, p. 18). Nesse contexto, os índios são vistos como gente sem conselho e sem prudência cuja alma bárbara necessita da memória do Bem.

A palavra das Sagradas Escrituras fornece o modelo analógico de hierarquização dos sons da língua tupi. Na narrativa sobre a Torre de Babel, vemos que, com a confusão das línguas, os povos se misturaram, perdendo a memória do Bem. Assim, a língua tupi é compreendida pelos cronistas do século XVI como um hieróglifo escuro e confuso que serve de metáfora para a ausência dessa luz do Bem. Daí a necessidade de intervenção dos padres, no sentido de fornecer a memória do Bem às almas bárbaras dos selvagens cuja lei eterna de Deus está encoberta desde o dia em que o orgulho humano foi confundido na Torre de Babel. Para Hansen, (2005, p. 19): “Fazendo a correção da alma selvagem, o padre fornece a memória do Bem à sua língua para que se acenda a luz do “verbo interior” em todos os indivíduos que a falam”. Na catequese, então, por meio da pregação e exemplo dos padres, os índios, cujas almas estão distanciadas do Bem, reavivam a semelhança com a substância divina de que participam. Por conseguinte, a sua língua, cujos signos convencionais demonstram os movimentos de sua alma, adquire a memória do Bem perdida desde Babel.

Essa gramaticalização da língua indígena, evidente na descrição da ausência dos fonemas F, L e R é mais um entre os procedimentos de aculturação a que os índios do Novo Mundo estavam sujeitos. Em consonância com o estudioso Marcello Moreira, em artigo seminal acerca dos diálogos catequéticos coloniais, o conhecimento das línguas peregrinas era condição prévia para se produzir um discurso persuasivo aos falantes dessas mesmas línguas. Nesse passo, asseveramos que a gramaticalização era uma etapa prévia à produção de uma oratória sacra, o que implica dizer que, tendo em vista a conversão dos brasis, os padres da Companhia de Jesus procederam à inscrição das línguas índias, muitas vezes consideradas “embaraçadas”, dada a dificuldade de aprendê-las. Consoante Moreira (2016): “A inscrição é o modo por excelência de domesticação, em que a língua índia se desembaraça pelo fiar do texto catequético, que lhe dá arte, como escritura, e verdade, como doutrina” (p. 365). Daí, concluímos que,

2756

Realização:



Apoio:





recorrendo aos usos textuais das línguas índias, os inacianos pretendiam não apenas promover a eficácia persuasiva nos seus discursos, convertendo, assim, os íncolas, mas, sobretudo, a sua conseqüente domesticação.

CONCLUSÕES

Do exposto se deduz, portanto, que Gandavo, ao aludir, na sua “História da Província”, à ausência das três letras do alfabeto na língua gentia, deixa claro que os selvagens não têm fé em nenhuma coisa, nem verdade, nem lealdade com nenhuma pessoa que lhes faça bem, não têm leis uns com os outros e nem rei que os reja. Conforme Hansen, quando a exegese europeia decifra o tupi, lê sua escrita selvagem a que faltam as letras F, L e R, concluindo que:

[...] sem fé, sem lei e sem rei, o gentio não conhece a revelação da verdadeira Igreja visível, nem a ordem da racionalidade hierárquica das ordens no corpo místico do Império português, nem instituição política legítima, como a monarquia ibérica. (HANSEN, 2005, p. 20)

Nesse contexto, catequizar o índio nada mais é do que realizar o projeto de Deus no tempo do rei português e nas formas e ritos de sua igreja que são visíveis na instituição do padroado. Para tanto, a gramaticalização das línguas índias faz-se necessária, afinal a inscrição precede a oratória e, por sua vez, o discurso persuasivo que visa à catequização e conseqüente aculturação dos ameríndios.

PALAVRAS-CHAVE: História da Província de Santa Cruz. Pero de Magalhães de Gandavo. Línguas índias. Gramaticalização. Dominação.

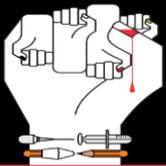
REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: autores, leitores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

GANDAVO. Pero de Magalhães de. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**: introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo: Obelisco, 1964.

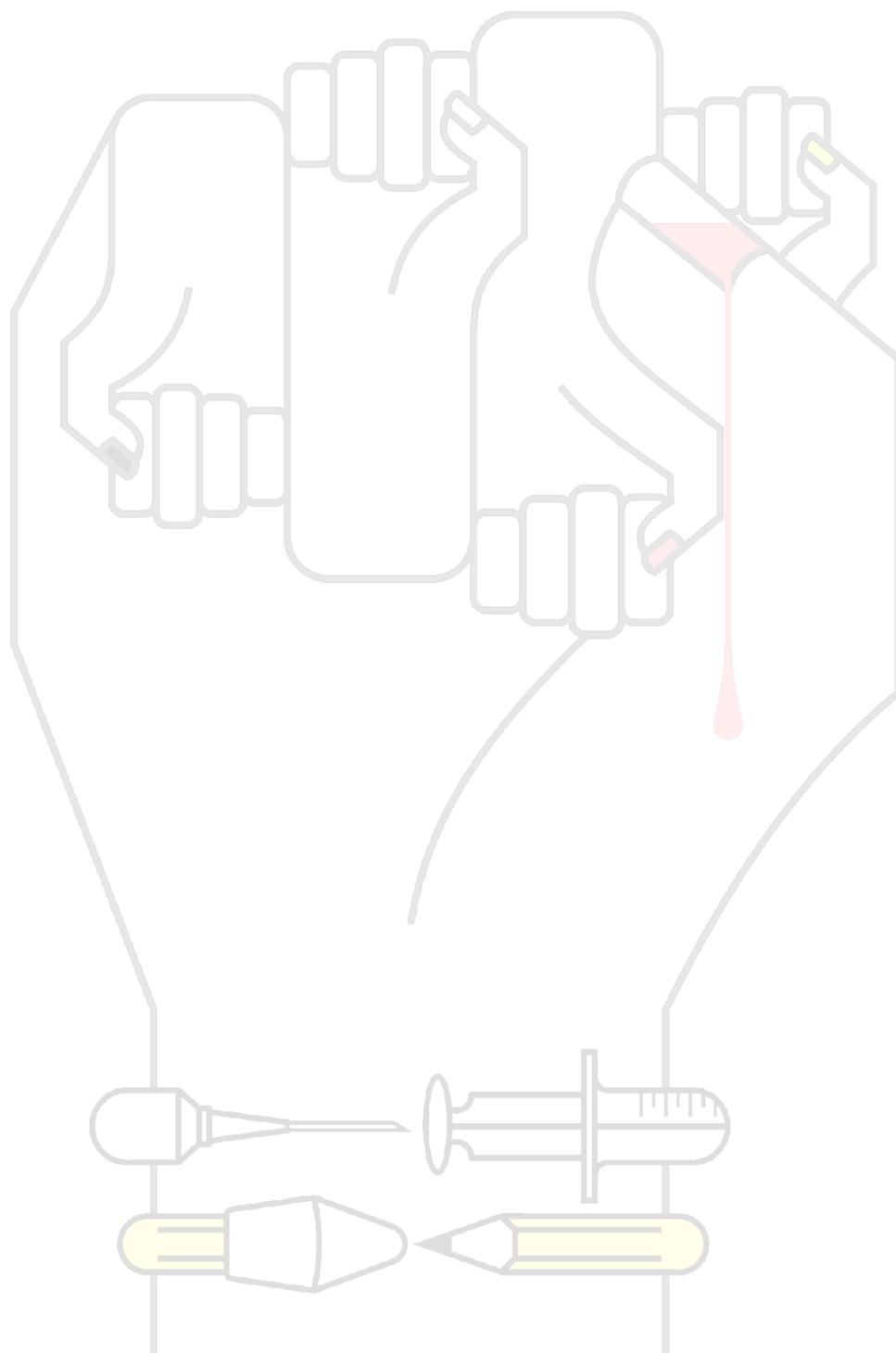
HANSEN, João Adolfo. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, Lucia Helena (org.). **Diálogos da conversão**: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.



MOREIRA, Marcello. Diálogos catequéticos coloniais: cena textual versus performance. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 353-371, jul./dez. 2016.

MOREIRA, Marcello. Uma carta de José de Anchieta como gênero misto: listas temáticas, bestiários, herbários e dicionários enciclopédicos na Europa dos séculos XVI e XVII. *POLITEIA: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 15, n. 1, p. 81-112, 2015.

2758



Realização:



Apoio:

